

## Temas-chave de Saúde

# Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Este guia de temas-chave revisa questões atuais sobre políticas relacionadas a saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), examinando questões de definição e explorando os debates-chave. O guia também destaca os desafios atuais e futuros para se atingir níveis maiores de bem estar sexual e reprodutivo e considera o papel de tecnologias e abordagens inovadoras para assegurar saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos.

Agências de desenvolvimento há muito lidam com questões de sexualidade e reprodução. No entanto, tradicionalmente, lidam com essas questões de forma negativa. Seja através de programas de população ou do uso de táticas de medo no trabalho de prevenção ao HIV, o sexo e a sexualidade tem sido considerados um problema que precisa ser controlado – em vez de uma força positiva que pode ser parte da solução. Agora, como resultado de acordos internacionais e de ativismo por parte de organizações não-governamentais ao longo das duas últimas décadas, estão emergindo novas abordagens que reconhecem a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos – fins em si mesmos - bem como sendo vitais para a saúde e o bem-estar.

Essas abordagens positivas reconhecem que a boa saúde reprodutiva e a realização dos direitos sexuais, incluindo os direitos ao prazer e à satisfação, são cruciais para que se obtenha equidade e justiça social. Na verdade, o bem estar sexual faz parte do desenvolvimento humano, sustentando todos os objetivos maiores de saúde e desenvolvimento. Como as taxas de infecção pelo HIV continuam a subir, e a má saúde reprodutiva e sexual das mulheres, homens e transexuais ameaça as metas internacionais de desenvolvimento, nunca houve uma necessidade tão premente de se fazer conexões positivas entre sexualidade, saúde e direitos humanos.

Este guia foi escrito por Susie Jolly (BRIDGE [www.bridge.ids.ac.uk](http://www.bridge.ids.ac.uk)) com Andrea Cornwall (IDS Participation, Power and Social Change team – [www.ids.ac.uk/ids/particip](http://www.ids.ac.uk/ids/particip)). O guia foi editado por Fiona Williams (IDS Health and Development Information team - [www.ids.ac.uk/ids/info/health.html](http://www.ids.ac.uk/ids/info/health.html)).



A versão on-line deste guia está disponível em [www.eldis.org/health/srhr.htm](http://www.eldis.org/health/srhr.htm). Este guia é parte de um Guia de Recursos de Saúde mais amplo, que pode ser encontrado em [www.eldis.org/health/index.htm](http://www.eldis.org/health/index.htm).

## Conteúdo:

<b>O que quer dizer saúde e direitos sexuais e reprodutivos? .....</b>	<b>2</b>
Definições dos acordos internacionais.....	2
Definições operacionais da Organização Mundial de Saúde .....	2
Definições de organizações não-governamentais e de organizações de campanha.....	2
Qual a sua definição?.....	3
<b>Debates-chave sobre saúde e direito sexuais e reprodutivos .....</b>	<b>4</b>
Por que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são importantes? .....	4
Obstáculos a SDRS .....	5
Saúde pública <i>versus</i> abordagens baseadas em direitos .....	6
O papel das novas tecnologias em SDRS.....	6
<b>Uma abordagem mais positiva para saúde e direitos sexuais e reprodutivos.....</b>	<b>8</b>
Desafio a visões negativas de sexualidade e de reprodução.....	8
Desafio aos estereótipos de gênero em SDRS .....	8
Falando de prazer .....	9
Relacionando sexualidade, saúde e direitos humanos .....	9
<b>Referências e sumários .....</b>	<b>10</b>

## O que quer dizer saúde e direitos sexuais e reprodutivos?

Saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) podem ser entendidos como o direito de todos, sejam jovens ou velhos, mulheres, homens ou transexuais, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, HIV positivo ou negativo a fazer escolhas relativas a sua própria sexualidade e reprodução, desde que respeitem o direito de outros à integridade física. Esta definição também inclui o direito ao acesso a informação e a serviços de apoio a essas escolhas que otimizem a saúde ([19], p. 14). No entanto, há um leque de diferentes compreensões sobre SDSR. Algumas delas enfocam mais a saúde, outras chamam atenção para a importância dos direitos nas escolhas sexuais e reprodutivas de mulheres, homens e pessoas transexuais.

### Definições de acordos internacionais

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) ocorrida no Cairo em 1994, a comunidade internacional entrou em acordo pela primeira vez em relação a uma definição ampla de saúde e direitos reprodutivos, reconhecendo que "saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social... em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutor" (Programa de ação do CIPD: [www.unfpa.org/icpd/icpd\\_poa.htm#ch7](http://www.unfpa.org/icpd/icpd_poa.htm#ch7)). Em 1995, a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, ocorrida em Beijing, reforçou a definição de saúde e direitos reprodutivos acordada no CIPD, e também convocou os estados a considerar a revisão das leis que punem mulheres pelo aborto ilegal [30].

O parágrafo 96 da Declaração de Beijing amplia a definição de direitos reprodutivos para incluir sexualidade: "Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle e decidir livremente e com responsabilidade sobre questões relativas a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência". Aspectos fundamentais dos direitos sexuais foram incluídos na definição, apesar de o termo em si ter sido rejeitado.

### Definições operacionais da Organização Mundial de Saúde

O Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS) oferece definições operacionais de saúde e direitos sexuais ([www.who.int/reproductive-health/gender/sexual\\_health.html](http://www.who.int/reproductive-health/gender/sexual_health.html)). A definição operacional de direitos sexuais inclui o direito a atingir "o mais alto padrão possível de saúde sexual, incluindo acesso a serviços de atenção à saúde reprodutiva". Outros direitos listados como direitos sexuais incluem o direito à educação sobre sexualidade e à integridade física e o direito a "buscar uma vida sexual satisfatória, segura e prazerosa". Não há definição universalmente reconhecida de SDSR entre a maioria das organizações internacionais.

### Definições de organizações não-governamentais e organizações de campanha

Durante os anos oitenta, os movimentos de mulheres e outros grupos ativistas começaram a se mobilizar em torno de questões relativas a reprodução e a sexualidade [1]. Mais recentemente, ativistas de grupos estigmatizados por suas práticas sexuais se fortaleceram e têm, cada vez mais, trabalhado juntos, por exemplo, a coalizão "Rainbow Planet" (Planeta Arco-íris) ([www.vampnews.org/vol01no04/world.html](http://www.vampnews.org/vol01no04/world.html)) no Fórum Social Mundial em Mumbai em 2004 que uniu lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transexuais (LGBT) junto com trabalhadores do sexo e pessoas que convivem com HIV e AIDS (PCCHA). Algumas definições de SDSR de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de campanha incluem:

A Carta da IPPF sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos: [www.unfpa.org/swp/1997/box8.htm](http://www.unfpa.org/swp/1997/box8.htm)

Projeto Saúde da Mulher África do Sul – Carta de Direitos Sexuais:

[www.wits.ac.za/whp/rights.htm](http://www.wits.ac.za/whp/rights.htm)

Declaração de Direitos Sexuais da Associação Mundial de Sexologia:

[www.tc.umn.edu/~colem001/was/wdeclara.htm](http://www.tc.umn.edu/~colem001/was/wdeclara.htm)

## Qual é a sua definição?

As definições acima são apenas exemplos. Você tem uma definição de direitos sexuais e reprodutivos que você gostaria de recomendar? Se tiver, por favor envie um e-mail para:

[s.jolly@ids.ac.uk](mailto:s.jolly@ids.ac.uk)

**Leituras recomendadas:** [1], [22], [24], [29], [31], [33]

## Artigo em destaque:



### **Abrindo caminho: um guia de saúde e direitos sexuais e reprodutivos**

Este guia, publicado pela Associação Sueca por Educação sobre Sexualidade, oferece uma introdução ampla sobre o debate político acerca da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR).

Também descreve a natureza da oposição a SDSR em negociações internacionais, lista palavras e conceitos cujo significado foi interpretado de forma diferente por *lobbies* progressivos e conservadores e discute a controvérsia sobre os objetivos que foram adotados. [19]

Foto: Panos Pictures / Irene Slegt. [www.panos.co.uk](http://www.panos.co.uk)

## Debates-chave sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos

### Por que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são importantes?

A presença ou ausência de direitos relativos a sexualidade e reprodução tem um grande impacto sobre como as pessoas vivem e morrem, sobre sua segurança física, integridade física, saúde, educação, mobilidade, status social e econômico e outros fatores ligados à pobreza. As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) não apresentam uma meta específica relacionada a direitos e saúde sexual e reprodutiva. Entretanto, como ilustrado pelos seguintes exemplo, os direitos sexuais e a saúde reprodutiva são a base para outros objetivos relacionados à igualdade de gênero, à saúde materna, ao HIV e à AIDS e ao alívio da pobreza, e são cruciais para que os objetivos sejam atingidos de forma geral [10].

### Garantindo a saúde materna e maternidade segura

Às mulheres falta, com frequência, o direito ou a oportunidade de fazer escolhas acerca da reprodução. Políticas de controle populacional, pressão de membros da família e normas sociais e culturais podem restringir suas opções. Em muitos países as mulheres têm dificuldade de acesso a serviços de planejamento familiar [35]. O custo, a ilegalidade ou o estigma do aborto também pode tornar difícil o acesso das mulheres a serviços de aborto. Uma preferência cultural por filhos pode encorajar as mulheres a interromper a gravidez quando o feto é feminino, ou a cometer o infanticídio de meninas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 19 milhões de mulheres fazem abortos inseguros e 68.000 mulheres e meninas morrem em consequência desses procedimentos mal realizados e sem os cuidados sanitários necessários todos os anos [17]. Outros grupos como pessoas com HIV positivo enfrentam pressões para não ter filhos, em vez de poder realizar uma escolha informada, recebendo o apoio necessário para salvar sua própria saúde e a saúde de seus filhos [15].

Ver também Acesso a serviços e informação, sob o tópico Saúde, guia de saúde sexual e reprodutiva: [www.eldis.org/health/sexreproaccess.htm](http://www.eldis.org/health/sexreproaccess.htm).

### Prevenção da violência sexual e de gênero

Em muitas sociedades, as mulheres têm oportunidades limitadas para estabelecer suas próprias moradias e viver sozinhas, ou buscar relacionamentos sexuais fora do casamento. Os homens também sofrem pressões para casar e ter suas famílias. Ao mesmo tempo, a violência no contexto dos relacionamentos sexuais (violência causada pelo parceiro íntimo) é comum em todo mundo, e o estupro marital continua a não ser reconhecido por muitos sistemas legais. Devido a desigualdades de gênero e à falta de poder de negociação, as mulheres têm maior probabilidade de sofrer esse tipo de violência [6]. Isso também as coloca em um maior risco de adquirir doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV (Ver: Ligação entre violência contra a mulher e HIV e AIDS – [www.eldis.org/hiv aids/vaw\\_consequences.htm](http://www.eldis.org/hiv aids/vaw_consequences.htm)). Além disso, a violência causada pelo parceiro íntimo mostrou ter efeito adverso sobre a saúde reprodutiva [13].

As pessoas que não casam ou aceitam formas de comportamento homossexual também enfrentam discriminação e violência; na verdade, algumas violências sexuais estão enraizadas na homofobia (medo ou ódio da homossexualidade). Os impactos de tal discriminação têm amplo alcance. Um estudo em Bangladesh mostrou que garotos "afeminados" tinham maior probabilidade de serem abusado na escola, desistir da escola e terminar na pobreza [9]. A violência homofóbica pode levar à morte: em outubro de 2004, em Serra Leoa, Fannyann Viola Eddy (ver [www.mask.org.za/SECTIONS/AfricaPerCountry/ABC/sierra%20leone/sierra%20leone\\_6.htm](http://www.mask.org.za/SECTIONS/AfricaPerCountry/ABC/sierra%20leone/sierra%20leone_6.htm)), fundadora da Associação de Lésbicas e Gays de Serra Leoa foi brutalmente estuprada e assassinada ([27], p. 16).

Ver também Questões sociais e culturais, sob o tópico Saúde, do guia de saúde sexual e reprodutiva: [www.eldis.org/health/sexreprosocial.htm](http://www.eldis.org/health/sexreprosocial.htm).

## Fim da mutilação genital

A discriminação de gênero está literalmente incorporada na prática da mutilação genital (também conhecida como amputação genital feminina) de meninas em algumas partes da África e no Oriente Médio. Essas práticas evitam que as meninas tenham uma vida sexual saudável e satisfatória. Têm também um impacto negativo em sua saúde reprodutiva, aumentando as chances de complicações que ameacem suas vidas e de infecções, especialmente durante a gravidez [7]. Em muitas partes do mundo, a 1 em cada 500 bebês que nascem com genitais indefinidas (intersexuais) pode ser atribuído um sexo através de cirurgia, com conseqüências similarmente negativas para seu bem-estar psicológico e físico.

**Leituras recomendadas:** [12], [10], [7], [9], [6], [13], [22], [5], [17], [15], [4], [23], [34]

## Obstáculos à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos

### O aumento do conservadorismo

Enquanto que as pressões por SDR aumentaram desde a Declaração de Beijing e da Plataforma pela Ação [16] em 1995, também houve um aumento no conservadorismo político e religioso, acompanhado por uma resistência crescente aos direitos sexuais e reprodutivos. O plano de emergência da presidência dos Estados Unidos para o alívio à AIDS (PEPFAR), um plano quinquenal de \$15-bilhões anunciado em 2003, gasta um terço dos recursos de prevenção com programas de abstinência até o casamento que condenam explicitamente o uso de preservativos e desencorajam a educação sexual. Em alguns países como Uganda, programas de abstinência foram combinados à má informação sobre preservativos. Isso levou a uma queda no fornecimento e no uso de preservativos, com graves conseqüências em potencial para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres, homens e pessoas transexuais. (ver apenas abstinência *versus* promoção ampla da saúde sexual – [www.eldis.org/hivaids/abstinence.htm](http://www.eldis.org/hivaids/abstinence.htm)).

Em 2001, o Governo dos Estados Unidos re-introduziu a "Lei Global da Mordaça" (também conhecida como Política da Cidade do México) que proíbe que qualquer recurso da USAID seja utilizado em agências de planejamento familiar que ofereçam apoio ou promovam o aborto ou mesmo que dêem informação sobre aborto em sessões de aconselhamento, o que resultou no fechamento de alguns serviços [2]. O Ato de Proteção às Vítimas de Tráfico dos Estados Unidos e o Ato de Global sobre a AIDS da Administração Bush de 2003, proibem o financiamento a qualquer grupo que não se oponha explicitamente à prostituição e ao tráfico sexual. Isso inclui qualquer organização envolvida na saúde sexual ou prevenção de HIV com profissionais do sexo [26].

Esses obstáculos impostos externamente a SDR coincidiram com uma reação contra os direitos sexuais e reprodutivos nos países em desenvolvimento. Essa reação tem foco na sexualidade, particularmente no direito de expressar orientação sexual. Alguns países se opõem aos direitos sexuais com base na cultura ou no nacionalismo, outros se apóiam na religião. Isso levou a alianças de conservadores que se esforçaram para conter o progresso internacional dos direitos sexuais e reprodutivos [27]. Há, no entanto, uma resistência crescente a formas de conservadorismo que ameacem diretamente as vidas e os meios de vida das pessoas uma vez que lhes negam suas escolhas sexuais e reprodutivas. A União Européia recentemente se posicionou contra a política de apenas abstinência defendida pelos Estados Unidos (Declaração da UE sobre a prevenção do HIV – [www.dfid.gov.uk/eupresidency2005/EU-statement-dec2005.pdf](http://www.dfid.gov.uk/eupresidency2005/EU-statement-dec2005.pdf)). Alguns governos do Norte reiteraram o compromisso com SDR, inclusive o direito ao aborto seguro [23].

Ver também Questões sociais e culturais, sob o tópico Saúde, guia de saúde sexual e reprodutiva: [www.eldis.org/health/sexreprosocial.htm](http://www.eldis.org/health/sexreprosocial.htm).

**Leituras recomendadas:** [27], [20], [2], [21], [4], [16], [25], [14], [8], [26], [33], [23].

### Artigo em destaque:



#### Anatomia da reação: sexualidade e a guerra 'cultural' sobre direitos humanos

Este texto da *Human Rights Watch* destaca a crescente aliança das forças conservadoras, ou fundamentalistas, que ameaçam o progresso realizado na última década ao se relacionar sexualidade, saúde e direitos humanos. O autor argumenta que essas forças, apesar de diversas (incluindo fundamentalistas muçulmanos e a direita cristã), partilham um alvo comum: direitos e liberdades sexuais, particularmente relacionados à orientação sexual. [27]

Foto: Panos Pictures / Sven Torfinn. [www.panos.co.uk](http://www.panos.co.uk)

## Saúde pública *versus* abordagens baseadas em direitos

O acesso à proteção contra a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis é fundamental para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, a realização dos direitos sexuais é mais do que o acesso a serviços de saúde e informação. A saúde pública convencional e as preocupações com população têm dominado as negociações sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, com foco em planejamento familiar, tendo como alvo mulheres casadas, em vez de sexualidade e direitos sexuais. A pandemia de HIV e AIDS também levou a uma ênfase no risco sexual (violência e doença) em vez de no prazer e na liberdade [24]. Os serviços de saúde falharam em reconhecer a sexualidade e os direitos sexuais de diferentes grupos, incluindo pessoas que convivem com HIV e AIDS [18].

Ao longo da última década, houve um avanço na direção da integração na agenda de direitos humanos do Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 (ver: [www.unfpa.org/icpd/icpd\\_poa.htm#ch7](http://www.unfpa.org/icpd/icpd_poa.htm#ch7)) em abordagens de saúde pública. Isso levou à colaboração intersectorial entre as áreas do direito, direitos humanos e saúde reprodutiva [16]. Entretanto, em negociações internacionais sobre direitos sexuais e reprodutivos, a linguagem de saúde é usada preferencialmente com relação à de direitos humanos (que se julga mais controversa) e há ainda a necessidade premente de mais diálogo e integração entre as duas abordagens. [39].

Ver também: Direitos e *advocacy*, sob o tópico Saúde, guia de saúde reprodutiva e sexual: [www.eldis.org/health/sexreprorights.htm](http://www.eldis.org/health/sexreprorights.htm).

**Leituras recomendadas:** [24], [16], [10], [22], [25], [9], [8], [33], [15], [31], [18]

## O papel das novas tecnologias em SDSR

Algumas novas tecnologias estão sendo desenvolvidas e promovidas para a contracepção e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), particularmente HIV e AIDS. Elas incluem o preservativo feminino e os microbicidas. Essas tecnologias tem sido promovidas como soluções para mulheres que não têm poder de negociação para insistir no uso de preservativo masculino. Tem sido proposto que os microbicidas sejam usados até mesmo sem o conhecimento do parceiro que realiza a penetração.

Apesar de o avanço técnico não ser a solução para as desigualdades de gênero nas interações sexuais, tais tecnologias podem ajudar a reduzir a transmissão de HIV /AIDS e outras ISTs, bem como oferecer meios para que as mulheres assumam o controle sobre sua saúde sexual. Pesquisas que abrangeram desde o Brasil até o Sri Lanka mostraram os níveis de aceitação do preservativo feminino e a preferência por ele em lugar do preservativo convencional tanto por

mulheres quanto por homens (Guia de temas fundamentais sobre HIV e AIDS para o preservativo feminino: [www.eldis.org/hivaids/femalecondom.htm](http://www.eldis.org/hivaids/femalecondom.htm)). O principal obstáculo ao uso do preservativo feminino no presente é o maior custo com relação ao preservativo masculino. Com os microbicidas, o maior desafio é desenvolver uma tecnologia segura e efetiva, bem como aumentar o investimento do setor privado para garantir sua viabilidade (Guia de temas fundamentais sobre HIV e AIDS para microbicidas: [www.eldis.org/hivaids/microbicides.htm](http://www.eldis.org/hivaids/microbicides.htm)).

Mais e melhores tecnologias não substituem os direitos. Elas podem, no entanto, facilitar a proteção e oferecer novas possibilidades para o prazer e para o sexo seguro. Os direitos sexuais e reprodutivos também atribuem uma obrigação aos criadores de políticas, a de investir em pesquisa e em sistemas de saúde que possibilitem o acesso a essas novas tecnologias.

## Uma abordagem mais positiva para saúde e direitos sexuais e reprodutivos

### Desafio a visões negativas de sexualidade e de reprodução

No passado, defensores da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos se focaram no que é negativo: violência sexual, infecções sexualmente transmissíveis e má saúde reprodutiva. O combate à violência sexual é uma causa importante. Entretanto, o foco no estupro também é estratégico por se enquadrar em idéias tradicionais de proteção da castidade da mulher e da sexualidade masculina como sendo algo "fora de controle" [24]. O combate à violência e à doença é também menos controverso que argumentos a favor dos direitos das pessoas a fazer suas próprias escolhas acerca da atividade sexual, especialmente se essas escolhas incluírem sexo fora das formas aceitas de casamento, como atividades sexuais com parceiros do mesmo sexo[9].

Tradicionalmente, a saúde pública focou o planejamento familiar e a prevenção de doenças e violência através da promoção da saúde e outras intervenções. Falar de sexualidade e prazer sexual tem sido visto como algo externo aos serviços de saúde reprodutiva. No entanto, há uma recente demanda para se estruturar sexualidade e reprodução em termos mais positivos, englobando prazer, igualdade e empoderamento individual, ligados à saúde e ao bem estar mais amplos [32].

**Leituras recomendadas:** [9], [15], [18], [22], [24], [33], [32]

### Desafio aos estereótipos de gênero

Uma mudança em direção a uma visão mais positiva de sexualidade e reprodução significa reconhecer que as mulheres têm desejos. E isso pode não se adequar a visões tradicionais de castidade e passividade feminina. Também significa reconhecer que todos têm direito ao prazer sexual e ao desejo. As mulheres que convivem com o HIV [15], mulheres portadoras de deficiência e lésbicas têm, com frequência, negados seus direitos a sua própria sexualidade e são tratadas como vítimas ou como dissidentes[9]. A adoção de uma abordagem positiva estabelece desafios para a educação e para os serviços de saúde. Ela requer uma mudança além da visão estereotipada da sexualidade de homens e mulheres e reconhece as complexidades acerca de gênero.

Alguns programas de prevenção do HIV começaram a trabalhar com homens os temas de gênero e sexualidade como forma de atingir mudanças de comportamento [8]. Uma abordagem positiva para sexualidade e reprodução também exige que os serviços respondam às diversidades das práticas sexuais, apoiando mais a discussão aberta sobre sexualidade e encorajando a maior segurança nas práticas sexuais das pessoas, em vez de julgá-las por práticas em particular [25].

**Leituras recomendadas:** [8], [9], [15], [18], [22], [24], [25], [31], [34]

**Artigo em destaque:**



### **Sexo por prazer, direito à participação e alternativas para a AIDS**

Este documento do IDS examina as formas pelas quais a participação de minorias sexuais e/ou dissidentes está estruturada na indústria do desenvolvimento. Ele foca o posicionamento dos direitos e das lutas das minorias sexuais pelo bem-estar no contexto do HIV e da AIDS. O autor identifica e considera estratégias alternativas para a realização dos direitos sexuais, particularmente através da adoção de uma abordagem de desenvolvimento baseada em direitos, que inclua a afirmação do prazer sexual como um direito humano básico. [9]

Foto: Museu do Travesti, Peru/ Javier Silva Meinel "Chonguino" (1998) [www.konchucos.com/travestimuseum.htm](http://www.konchucos.com/travestimuseum.htm)

## **Falando de prazer**

Os direitos sexuais e reprodutivos incluem o direito a recusar a interação sexual não desejada e buscar as interações desejadas, bem como o direito a buscar o prazer e a satisfação no sexo. Essas são condições fundamentais para o bem-estar. O ganho de aceitação dos direitos das mulheres ao prazer, entre as mulheres, seus parceiros, comunidades e sociedade em geral, também pode desafiar os homens em áreas-chave da desigualdade de gênero. A organização turca pelos Direitos Humanos da Mulher (ver [www.siyanda.org/search/summary.cfm?&nn=765&ST=LS&Keywords=pleasure&Subject=0&donor=0&StartRow=1&langu=&Ref=Sim](http://www.siyanda.org/search/summary.cfm?&nn=765&ST=LS&Keywords=pleasure&Subject=0&donor=0&StartRow=1&langu=&Ref=Sim)) tem realizado sessões de treinamento sobre "o prazer sexual como direito humano" em centros comunitários e abrigos para meninas na Turquia.

Falar sobre prazer pode também levar a estratégias mais efetivas para lidar com HIV e AIDS. Algumas estratégias de programas relacionaram o sexo seguro ao prazer, explorando como o prazer pode motivar as pessoas em diferentes tipos de sexo, algumas vezes não seguro, e como o sexo seguro pode ser promovido como sendo mais prazeroso. Tais exemplos estão sendo mapeados em uma fonte global de recursos sobre educação e programas sexuais com foco no prazer pelo Projeto Prazer (*Pleasure Project*) com a Care Internacional e a Care Camboja (ver [www.the-pleasure-project.org/Global Mapping of Pleasure.pdf](http://www.the-pleasure-project.org/Global Mapping of Pleasure.pdf)).

**Leituras recomendadas:** [9], [15], [18], [22], [24], [33], [32]

## **Relacionando sexualidade, saúde e direitos humanos**

Qual é a vantagem de uma abordagem positiva para saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)? A má saúde reprodutiva e a falta de direitos sexuais são sintomas de desigualdades de gênero e classe, dentre outras. Elas também geram o desempoderamento, evitando que aqueles que são afetados exerçam um papel completo e ativo em suas comunidades e tendo um impacto negativo em seus bem estar e saúde de forma geral. Por outro lado, a boa saúde sexual e reprodutiva e a realização dos direitos sexuais, incluindo ao prazer e à satisfação, estão inextricavelmente relacionadas à equidade e ao empoderamento e sustentam todos os principais objetivos de saúde e desenvolvimento.

Os discursos de desenvolvimento tradicionalmente retrataram a sexualidade e a reprodução como problemas que precisavam ser controlados. No entanto, através de acordos internacionais e ativismo de organizações não-governamentais nas últimas duas décadas, novas abordagens estão emergindo, as quais reconhecem a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como

direitos humanos – fins em si mesmos – e também como sendo fundamentais para a saúde e para o bem-estar. Para realizar a saúde e os direitos reprodutivos, essa visão afirmativa e positiva precisa ser adotada de forma mais ampla.

**Leituras recomendadas:** [3], [9], [10], [14], [15], [23], [24], [25], [33], [27], [31], [15]

Ver também o resumo de políticas do IDS sobre Sexualidade e Desenvolvimento (<http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/briefs/PB29.pdf>)

## Referências e Sumários

### 1 . Direitos sexuais e reprodutivos: traçando o caminho das ONGs transnacionais de mulheres

#### **Os movimentos de mulheres na década de 1990: quais os impactos sobre os acordos internacionais relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos?**

Petchesky, R.P. / United Nations (UN) Research Institute for Social Development (UNRISD) (2000)

Este *paper* do UNRISD avalia o papel desempenhado pelos movimentos de mulheres nos anos 90 na criação e implementação de acordos internacionais relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos. O *paper* aborda quatro áreas principais: (1) a visão de direitos sexuais e reprodutivos desenvolvida pelas feministas ao longo das últimas três décadas; (2) o impacto da coalizão de mulheres nas conferências das Nações Unidas dos anos de 1990; (3) os esforços das ONGs de mulheres para exigir o comprometimento dos governos com os acordos internacionais e para transformar os direitos sexuais e reprodutivos em políticas concretas; (4) preocupações recentes sobre a possibilidade de o ativismo das ONGs contribuir para o enfraquecimento do poder do estado e, conseqüentemente, da responsabilidade do estado.

O artigo conclui que a participação das ONGs de saúde das mulheres, tanto nas conferências das Nações Unidas quanto nos processos de implementação nacionais, têm sido amplamente benéficas e têm levado a um maior entendimento acerca das profundas mudanças estruturais necessárias para que os direitos sexuais e reprodutivos se tornem uma realidade para todos. Entretanto, o autor argumenta que ainda não existe uma estratégia comensurada. São necessários maiores esforços para construir coalizões com outros movimentos sociais e para formular ações efetivas a fim de regulamentar a privatização dos serviços sociais e o impacto sobre as políticas macroeconômicas e as instituições.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC7704](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC7704)

---

### 2 . Quebrando o silêncio: o impacto da lei global da mordaza sobre o aborto inseguro

#### **A lei global da mordaza: restringindo os direitos das ONGs à liberdade de expressão e de associação, e o incentivo ao aborto inseguro**

O *Center for Reproductive Rights* / *Center for Reproductive Rights*, anteriormente conhecido como o *Center for Reproductive Law and Policy* (CRLP), New York (2003)

Este relatório enfoca o impacto da lei da mordaza nas organizações que aceitaram o financiamento da *U.S. Agency for International Development* (USAID) e estão, portanto, “impedidas” de advogar em favor do aborto. O relatório também reflete sobre os obstáculos da lei da mordaza para o fornecimento de serviços ou o aconselhamento relacionados ao aborto.

O *paper* demonstra que cada um dos quatro países selecionados para o estudo (Etiópia, Quênia, Peru e Uganda) tem leis de aborto muito restritivas que contribuem para as altas taxas de complicações e de morte materna, ao forçar as mulheres a recorrer ao aborto ilegal e inseguro. Além disso, as ONGs e os governos de cada um dos quatro países recebem financiamentos substanciais da USAID para o planejamento familiar e para programas de saúde reprodutiva. Os quatro países foram escolhidos porque eles encontram-se em diferentes estágios no desenvolvimento das ainda nascentes democracias.

As entrevistas em cada um dos países revelaram que os efeitos da lei da mordaza variam de acordo com os países, com status legal do aborto e com o grau de financiamento da USAID. Porém, em todos os casos, a lei da mordaza corrói os alicerces fundamentais da política externa

dos EUA ao restringir os direitos de liberdade de expressão e de associação das ONGs, e as possibilidades de participação livre na sociedade civil e nas instituições democráticas com o objetivo de melhorar o acesso seguro e legal ao aborto.

Em contraste, a lei global da mordaza não impõe restrições às ONGs que trabalham para criminalizar o aborto ou para tornar o procedimento menos seguro e acessível. Este relatório documenta a lista de prejuízos causados pela lei global da mordaza. Essas conseqüências vão desde a censura de organizações da sociedade civil no mundo até a condenação das mulheres ao aborto inseguro. Em seguida, o relatório avalia a crise do aborto inseguro na saúde pública em escala global e continua com uma discussão comparativa da epidemia, em termos das leis, políticas e contextos sociais dos quatro países em estudo. Ele também destaca os compromissos internacionais para erradicar o aborto inseguro e conclui com um chamado para repelir a lei da mordaza.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC13207](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC13207)

---

### 3 . Uma abordagem baseada em direitos para a saúde reprodutiva

#### **Abordando a saúde reprodutiva como uma questão de direitos humanos**

Outlook; Kols, A.; UNFPA / Program for Appropriate Technology in Health (PATH) (2003)

Este artigo, publicado pelo *Program for Appropriate Technology in Health (PATH)*, destaca a necessidade de colaboração dos programas de saúde reprodutiva com os *experts* nas áreas de ética, direito e direitos humanos, a fim de tratar os múltiplos fatores que afetam a saúde reprodutiva das mulheres e dos homens. São identificados os benefícios mais importantes de uma abordagem integrada baseada em direitos. Esses benefícios incluem o fornecimento de um arcabouço ético para os profissionais da saúde pública; a influência positiva dos tratados internacionais, que exercem pressão sobre os governos para que eles prestem serviços de saúde adequados; e a identificação de temas ligados a saúde, tais como mortalidade materna como direito humano ou preocupações com a justiça social, que elevam a importância e o nível de urgência para os que elaboram as políticas.

Neste artigo também estão incluídas orientações sobre a implementação de uma abordagem baseada em direitos, a utilização dos princípios dos direitos humanos para guiar as políticas, elaboração de programas e prestação de serviços, incluindo o acesso do cliente às informações, qualidade do atendimento, e o relacionamento entre os clientes e os fornecedores dos serviços. Ele também realça o papel de *advocacy* dos prestadores do serviço, e a capacidade que a educação sobre direitos humanos tem de "empoderar" membros da comunidade para que eles realizem os seus próprios direitos reprodutivos. O artigo conclui fazendo um chamado para que sejam empreendidos novos esforços a fim de honrar as agendas baseadas em direitos das conferências sobre saúde reprodutiva do Cairo e de Beijing.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC14914](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC14914)

---

### 4 . Oh! Ela está infectada!: mulheres, HIV e direitos humanos na região Ásia-Pacífico

#### **Tratando a grande vulnerabilidade das mulheres ao HIV na região Ásia-Pacífico**

Paxton, S. / International Community of Women Living with HIV/AIDS (ICW) (2004)

Este *paper*, comissionado pelo Alto Comissário de Direitos Humanos do Escritório das Nações Unidas, busca explicar as variadas razões pelas quais uma grande maioria das mulheres na região da Ásia-Pacífico encontra-se desproporcionalmente em risco de infecção. Ele também documenta exemplos específicos de atitudes discriminatórias e ações contra mulheres HIV-

positivo na região, como um resultado de seu *status* de HIV, e conclui com recomendações de ação em todos os níveis da sociedade para contrapor essas violações dos direitos humanos.

O *paper* acredita que as razões porque as mulheres e meninas são mais vulneráveis à infecção por HIV podem ser agrupadas em três categorias: biológica, *status* econômico, e normas sociais e culturais. Essas razões incluem:

- Há menos vírus no esperma do que nas secreções vaginais (biológica)
- Muitas mulheres têm que trocar a relação sexual por favores materiais para sobrevivência diária (*status* econômico)
- Se as mulheres rejeitam o sexo ou pedem o uso de preservativo, elas podem sofrer abusos (normas sociais e culturais)

As mulheres e as meninas também enfrentam uma 'vulnerabilidade programática' quando as estruturas organizacionais e as políticas de desenvolvimento dos serviços de saúde não contemplam a questão do gênero e, como resultado, não abordam essas vulnerabilidades específicas das mulheres. E mais importante, essa cegueira com relação ao gênero pode até defender e exarcebar práticas discriminatórias contra as mulheres.

O *paper* propõe várias ações para combater a desigualdade entre homens e mulheres que impulsiona a epidemia. No sentido amplo, ele demanda uma resposta baseada em gênero. Os programas que tratam das violações aos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV devem ser sensíveis à questão do gênero, a fim de que possam:

- Combater e transformar as normas culturais que são prejudiciais
- Melhorar a participação das mulheres no processo decisório
- Remover as barreiras sociais e culturais para a melhoria da saúde e dignidade das mulheres

Por conta da dificuldade de se operacionalizar tal perspectiva baseada em gênero, este *paper* realça a necessidade de fortalecer os mecanismos de sanção dos entes dos tratados que monitoram o cumprimento das convenções internacionais, tais como o CEDAW, que são designados para agir como instrumentos internacionais de prestação de contas/transparência para esse fim.

O *paper* também recomenda cinco formas práticas para avançar:

- Liderança política: governos, organizações baseadas em fé, a comunidade empresarial, as Nações Unidas, o Banco Mundial e doadores bilaterais podem auxiliar a mudança ao colocar em prática políticas sensíveis a gênero, fornecendo exemplos de boas práticas, e influenciando a opinião pública e a conscientização
- Mudanças radicais das políticas e serviços formais de saúde: os profissionais de saúde devem permitir o acesso adequado, sem julgamento e equitativo às informações, serviços, métodos de contenção e medicamentos; as políticas de saúde devem ser revisadas e os profissionais de saúde devem receber mais apoio
- Apoio para as contribuições das pessoas portadoras do HIV: as mulheres portadoras de HIV devem se envolver como difusoras e defensoras, tomadoras de decisão dentro de organizações individuais e redes de organizações, líderes das redes de HIV, e como provedoras de ajuda para outras mulheres portadoras de HIV

- Contribuições de outras organizações da sociedade civil e de mulheres e meninas devem ser apoiadas, por exemplo, financeiramente
- Criação de um ambiente de apoio e estimulante na sociedade: o papel e os esforços das iniciativas nas comunidades, nas escolas, no trabalho e as iniciativas baseadas em fé devem ser promovidas

[adaptado do autor]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC14994](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC14994)

---

## 5 . Derrubando as barreiras para o tratamento de saúde reprodutiva no Afeganistão pós-conflito: um estudo participativo

### **A comunicação é fundamental: estratégias para ampliar o acesso aos serviços de planejamento familiar no Afeganistão**

Marie Stopes International / Marie Stopes International (MSI) (2004)

Produzida por *Marie Stopes International*, esta pesquisa aborda as barreiras para o planejamento familiar e para outros serviços de saúde reprodutiva no Afeganistão. As descobertas mostraram que o planejamento familiar, de forma geral, era aprovado por razões econômicas e de saúde, apesar de que era condicionado, com frequência, ao fato de se ter um certo número de filhos. Aqueles que aprovam incluíam os grupos que, tradicionalmente, se opunham ao planejamento familiar, tais como comunidades de homens e líderes religiosos. No entanto, a pesquisa também mostrou que as mulheres tinham que obter permissão dos seus maridos para freqüentar as clínicas de planejamento familiar, e que elas precisavam fornecer argumentos persuasivos para justificar o uso dos serviços de saúde reprodutiva. Outras barreiras importantes encontradas foram a visão negativa dos efeitos do planejamento familiar e as expectativas das mulheres de que seus maridos queriam famílias grandes (uma suposição que nem sempre combinou com as reais atitudes e crenças dos maridos).

O estudo conclui que os argumentos econômicos e de saúde podem persuadir as pessoas a usar os serviços de planejamento familiar. Ele recomenda atividades para incentivar a comunicação entre as esposas, e o uso da educação comunitária para desfazer mitos sobre os efeitos colaterais e para fornecer informações precisas sobre os métodos de planejamento familiar. De forma geral, o estudo destaca a importância da participação ativa, através de grupos de discussão, para influenciar a mudança de comportamento. [adaptado do autor]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15577](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15577)

---

## 6 . O poder nos relacionamentos sexuais: um diálogo inicial entre os profissionais de saúde reprodutiva

### **Sem mais tergiversação sobre o tema: combatendo o poder nos relacionamentos sexuais como chave para combater o HIV/AIDS**

Population Council / Population Council, USA (2001)

Este relatório, produzido pelo Conselho sobre População, resume a minuta de um encontro para discutir o papel do poder nos relacionamentos sexuais. Essas discussões indicam que as desigualdades de poder baseadas em gênero dificultam a comunicação entre os parceiros, limitam a habilidade dos indivíduos e dos casais de conversar ou de atingir os objetivos relacionados a crianças e ao tamanho da família, limitam o uso efetivo dos serviços de saúde reprodutiva, diminuem a realização da saúde sexual e do prazer de homens e mulheres, e aumentam substancialmente a vulnerabilidade deles ao HIV/AIDS e a outras infecções sexualmente transmissíveis.

Os participantes concordaram que a desigualdade nos relacionamentos sexuais é uma questão vital de saúde pública e do desenvolvimento social, e identificaram a necessidade de maiores esforços para tratar essa questão por meio de um trabalho teórico contínuo, de análises psicológicas e sociológicas descritivas, e de pesquisas operacionais. As evidências apresentadas indicaram que é possível que haja uma mudança de comportamento e de atitude, e que muitos homens e mulheres em países menos desenvolvidos estão prontos para discutir a questão da desigualdade nos relacionamentos sexuais. Para aqueles que estão na liderança do combate a HIV/AIDS, mudar a dinâmica entre homens e mulheres nos relacionamentos sexuais, e “empoderar” o parceiro mais fraco, se tornaram pontos vitais para intervenção. [adaptado do autor]

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15669](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15669)

---

## 7 . A incisão genital feminina: quebrando o silêncio, possibilitando a mudança

### **Soluções sustentáveis para a incisão genital feminina envolvem o empoderamento, a participação e o respeito pela cultura**

Masterson, J. M.; Swanson, J. H. / International Center for Research on Women (ICRW), USA (2000)

Este relatório, do *International Centre for Research on Women* (ICRW) e do *Centre for Development and Population Activities* (CEDPA), sintetiza as experiências, lições e recomendações dos três projetos do PROWID (Promoting Women in Development) que tratam da incisão genital feminina (FGC, em inglês). Após um breve exame da ocorrência do FGC e dos esforços para eliminar a prática dentro de um arcabouço de direitos humanos, o relatório descreve três estratégias diferentes usadas para combater o FGC no Egito, em Gâmbia e no Senegal: (1) aulas de saúde e educação reprodutiva; (2) o recrutamento de dissidentes positivos para advogar nas comunidades locais; (3) e colaboração com a comunidade para planejar um currículo de ritual de passagem alternativo.

Aproveitando as lições aprendidas em cada caso, o relatório constata que dentre os esforços bem sucedidos para acabar com o FGC estão: abordagens integradas que tratem o FGC a partir de sua miríade de perspectivas; o empoderamento das mulheres e dos conceitos de direitos; a participação de modelos e de defensores efetivos; e o apoio de ONGs internacionais. Ele conclui que, para se promover um fim sustentável do FGC, os programas devem desenvolver abordagens inovadoras que possam empoderar as comunidades para abandonar o FGC livremente e que incentivem a participação política em todos os níveis. Os programas também devem respeitar e celebrar a cultura, e se basear nos valores da comunidade.

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15707](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15707)

---

## 8 . Trabalhando com os homens na reação contra a AIDS: gênero, sexualidade e HIV – uma coleção de estudos de caso

### **O engajamento dos homens é crucial na luta contra o HIV/AIDS**

International HIV/AIDS Alliance / International HIV/AIDS Alliance (2003)

Ao redor do mundo, as pessoas que trabalham com HIV/AIDS estão percebendo a importância de desenvolver seus trabalhos com os homens, a fim de obter um impacto real na epidemia. Isso tem envolvido a identificação de quais são os papéis e responsabilidades em diferentes contextos, e o desenvolvimento de estratégias para trabalhar junto aos homens. Essa coleção de estudos de caso, produzido pela International HIV/AIDS Alliance, apresenta experiências e lições de uma gama de projetos que estão trabalhando com homens.

Esta coleção descreve não apenas os projetos de HIV/AIDS, mas também outros tipos de projetos que tratam de outras questões ligadas aos homens (por exemplo, a identidade de gênero, sexualidade e violência). Ela está organizada em duas partes. A parte 1 fornece uma visão geral sobre HIV/AIDS e sobre o trabalho com os homens, examinando os motivos pelos quais devemos trabalhar com os homens, com que homens devemos trabalhar, quais temas devem ser cobertos, e como trabalhar com homens. A parte 2 contém treze estudos de caso separados, organizados em seções que abrangem o contexto do projeto, os objetivos, as questões que o projeto aborda, com quem trabalha e como, os resultados e o aprendizado do trabalho.

As descobertas fundamentais são as seguintes:

- Botswana apresenta uma das piores epidemias de HIV/AIDS no mundo. Os homens desempenham um papel central na epidemia. Um projeto tem enfatizado a sexualidade masculina, ao invés de apenas a educação sobre HIV/AIDS e as reações têm sido positivas. O número de grupos de homens tem crescido nos últimos cinco anos, e os homens têm relatado várias mudanças nas suas atitudes e no comportamento sexual.
- Na Bulgária, a violência contra as mulheres é uma questão da maior relevância. Um projeto combateu a questão fornecendo educação em saúde e gênero para meninos e meninas de escolas secundárias. No final do curso, os meninos mostraram menos tolerância com a violência e as meninas mostraram mais autoconfiança.
- Na Mongólia, não há uma epidemia visível de HIV/AIDS, mas o país é vulnerável a um aumento. Um projeto que visando os recrutas militares, focava os riscos do HIV e das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), usou educadores e material de prevenção. Os educadores relataram um aumento constante na demanda por preservativos.

As lições apreendidas incluem as seguintes:

- A crença de que os homens não se interessam em discutir as questões de saúde sexual, gênero e sexualidade é falsa. Ao ter a oportunidade, os homens se mostram dispostos a aprender com as experiências de outros.
- É importante ser paciente e sensível ao desenvolver discussões com os homens sobre questões de gênero e sexualidade.
- Para que o trabalho preventivo contra o HIV/STI seja efetivo, é necessário trabalhar com homens e mulheres, juntos e também separadamente.
- Trabalhar com homens mais velhos ou que tenham fortes crenças religiosas é um desafio por conta de suas idéias preconcebidas. A melhor maneira é escutar e aprender com eles, e adaptar sua informação e mensagem com base no que eles têm a dizer.
- É necessário combater a visão de que as atitudes e os comportamentos masculinos são 'fixos por natureza'.
- A discussão sobre questões de gênero e sexualidade com as comunidades pode levar a controvérsias e conflitos. É essencial criar e manter relacionamentos fortes com os líderes formais e informais da comunidade.

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15939](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15939)

---

## **9 . O sexo por prazer, direitos de participação e alternativas para a AIDS: colocando as minorias sexuais e/ou dissidentes em desenvolvimento**

### **Os direitos sexuais como uma questão de desenvolvimento**

Gosine, A. / Institute of Development Studies (IDS), Sussex, UK (2004)

Este trabalho da IDS destaca algumas das contradições entre os direitos e a participação ao examinar as formas pelas quais a participação das minorias sexuais e/ou dissidentes é concebida na indústria do desenvolvimento. Ele foca a disposição dos direitos sexuais das minorias e as lutas pelo bem-estar dentro do arcabouço do HIV/AIDS. O autor identifica e reflete sobre estratégias alternativas para a realização dos direitos sexuais, particularmente através da adoção de uma abordagem baseada em direitos para o desenvolvimento (RBA, em inglês), e incluindo a afirmação do prazer sexual como um direito humano básico.

Tendo em vista a importância atribuída atualmente aos direitos dos indivíduos e a inclusão de grupos marginalizados, o autor conclui que uma abordagem participativa e baseada em direitos poderia fornecer não apenas os fundamentos para o reconhecimento dos direitos sexuais e da sexualidade, mas também que esse seria o método mais apropriado para fazê-lo. No entanto, essa abordagem exigiria uma grande mudança nos discursos dominantes sobre sexo. Isso envolveria a identificação e o questionamento das suposições e a promoção da heterossexualidade nas políticas e programas de desenvolvimento. Também exigiria o respeito à diversidade sexual e cultural e a afirmação do prazer sexual como um direito. O autor argumenta que os direitos sexuais significam justiça social e direitos humanos, e são, portanto, uma questão de desenvolvimento em todos os aspectos. [adaptado do autor]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15942](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC15942)

---

## **10 . População, saúde reprodutiva e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: como o Programa de Ação do ICPD promove o alívio da pobreza e os direitos humanos**

### **Por que o programa de ação do ICPD é fundamental para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

UNFPA / United Nations Population Fund (UNFPA) (2003)

No ano de 2000, um conjunto de objetivos para melhorar a vida das pessoas mais pobres do mundo (em seguida chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ou ODM) foram adotados no histórico Encontro do Milênio nas Nações Unidas. Produzido pela UNFPA, este documento mostra como o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 pode contribuir para a realização dos ODMs. O consenso do ICPD advoga o acesso universal à educação e à saúde, incluindo a saúde reprodutiva, e chama atenção especial para o empoderamento das mulheres em relação a esses temas.

Este *paper* é dividido em quatro partes, a primeira discute os vários Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a segunda e terceira partes apresentam os objetivos do ICPD e do ICPD+5, um novo conjunto de referências baseado no progresso alcançado no sentido dos objetivos do ICPD cinco anos mais tarde. A última seção destaca a ligação direta entre o ICPD e os ODMs.

O *paper* começa listando os ODMs e, em seguida, mostra como o Programa de Ação do ICPD contribui para esses objetivos. Em particular, os ODMs se preocupam com:

- O número de pessoas vivendo em extrema pobreza, acesso universal à educação primária e a promoção da igualdade de gênero
- Muitos temas ligados a saúde, tais como mortalidade materna, HIV/AIDS, malária e outras doenças importante

- Assegurar a sustentabilidade ambiental através da integração dos princípios de desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e da viabilização de uma parceria global para o desenvolvimento
- Reforçar o consenso do ICPD sobre população e desenvolvimento que enfatiza os mesmos direitos de acesso universal à educação e à saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva
- Estabelecer conexões entre os objetivos de empoderamento das mulheres do ICPD e o de alívio da pobreza do ODM, uma vez que a mulher que tem acesso à educação, saúde e ao trabalho fora de casa estará mais bem equipada para combater a pobreza.

O ICPD e os objetivos do ICPD+5 estavam mais especificamente preocupados com questões de educação, mortalidade materna e infantil e saúde e direitos sexuais e reprodutivos, com um foco no empoderamento das mulheres em cada uma dessas áreas. O *paper* mostra como o alcance desses objetivos representará um longo caminho percorrido no sentido de alcançar os ODMs mais amplos:

- O acesso universal aos cuidados voluntários de saúde reprodutiva e ao planejamento familiar ajudará a reduzir os níveis de gravidez indesejada, de forma a liberar recursos essenciais para as famílias mais pobres. Também ajudará a reduzir a mortalidade infantil e a melhorar a saúde materna
- O acesso universal à educação e aos serviços de saúde reprodutiva é crucial na luta contra o HIV/AIDS em particular, mas também na luta contra outras doenças, tais como malária ou tuberculose. Uma educação de mais qualidade fornecerá melhores informações para prevenir a transmissão de doenças, e o acesso à saúde também auxiliará na disseminação de informações e na melhoria do tratamento daqueles infectados
- A pressão sobre o meio ambiente está crucialmente relacionado ao crescimento da população; essa pressão poderia ser significativamente reduzida se as pessoas fossem mais bem informadas acerca dos meios de vida sustentáveis.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC16696](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC16696)

---

## 12 . Investindo em pessoas: o progresso nacional na implementação do programa de ação 1994-2004 do ICPD

### Saúde e direitos reprodutivos na agenda das políticas: resultados de uma pesquisa global UNFPA / United Nations Population Fund (UNFPA) (2004)

Este relatório da UNFPA apresenta os resultados de uma pesquisa global sobre experiências nacionais, dez anos após o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD) ter sido estabelecido no Cairo. As respostas indicam que os países têm alcançado progressos substanciais nos serviços e informações sobre saúde reprodutiva, incluindo as medidas para tratar as necessidades dos adolescentes, e para prevenir e administrar as infecções sexualmente transmissíveis (STIs, em inglês). A maioria dos países que participaram da pesquisa tinham adotado medidas para melhorar o acesso à educação, promover a igualdade de gênero, e para observar os direitos reprodutivos. No entanto, poucos países relataram estratégias de informação-educação-comunicação (IEC) ou de *advocacy*, ou mudanças institucionais— elementos fundamentais para o alcance dos direitos reprodutivos. Os fatores sociais e culturais foram citados por muitos países como limitações importantes para o combate da pandemia de HIV/AIDS.

O relatório conclui que houve um aumento considerável da conscientização e do envolvimento na agenda do ICPD agenda, incluindo os conceitos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, pelos países de todas as regiões. Não obstante, o relatório recomenda uma maior colaboração transetorial, e uma abordagem mais integrada para o alcance dos objetivos da ICPD, como aspectos críticos para que se cumpram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O trabalho também recomenda que as questões da ICPD sejam inseridas em áreas de políticas mais amplas, tais como pobreza, empoderamento das mulheres, direitos humanos e sustentabilidade ambiental.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17114](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17114)

---

### 13 . Serviços de saúde reprodutiva e violência sexual doméstica

#### **Desigualdade e violência de gênero são questões de saúde reprodutiva**

Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar; Watts, C.; Mayhew, S. / Instituto Alan Guttmacher (2004)

Publicado pelo Instituto Alan Guttmacher, esse artigo destaca resultados de vários estudos baseados em comunidade que mostram que a violência sexual doméstica é um importante fator que afeta a saúde reprodutiva da mulher. Os autores observam que em muitos países a violência é vista como uma questão legal ou de direitos humanos em vez de uma questão de saúde. Chamam a atenção para o fato de o sexo forçado estar associado a uma série de problemas de saúde reprodutiva, inclusive HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e infecções do trato urinário. A violência sexual doméstica também influencia de maneira significativa na tomada de decisão acerca da saúde reprodutiva. Está relacionada com casos de gravidez indesejada, especialmente entre garotas adolescentes, e também restringe enormemente o acesso de mulheres casadas à contracepção.

Os autores recomendam o desenvolvimento de intervenções que sejam relevantes para contextos locais e que se baseiem na experiência e maestria tanto de servidores de saúde reprodutiva como de ativistas contra a violência. Enfatizam a importância de treinar os servidores em técnicas de aconselhamento, com especial atenção à necessidade de privacidade e confidencialidade. Também ressaltam a necessidade de ampliar as oportunidades para os servidores de saúde reprodutiva documentarem casos de violência contra mulheres, além de uma melhoria na colaboração e encaminhamento intersetorial. O artigo conclui que uma resposta pragmática à desigualdade e violência de gênero faz-se necessária para o reconhecimento dos direitos reprodutivos da mulher.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17467](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17467)

---

### 14 . O elo perdido! Audiências parlamentares interligando saúde sexual e reprodutiva e HIV/AIDS

#### **Necessidade de inter-relações mais fortes entre saúde sexual e reprodutiva e HIV/AIDS**

Worthington , T.; Kjaerby, A. M. / All Party Parliamentary Group on Population, Development and Reproductive Health (2004)

Esse documento, do *All Party Parliamentary Group on Population, Development and Reproductive Health*, traz várias recomendações acerca do fortalecimento das inter-relações entre a saúde sexual e reprodutiva (SSR) e o HIV e a AIDS. O documento propõe 20 recomendações e mostra os pontos principais tanto da *New York Call to Commitment on Linking HIV/AIDS and SRH*, como da *Glion Call to Action on Family Planning and HIV/AIDS in Women and Children*.

O relatório enfatiza as estreitas relações entre a SSR e o HIV e afirma que nenhum fundo deveria ser liberado para programas que impeçam a integração ou a cooperação entre estes

dois campos. Além disso, defende que todas as políticas deveriam se basear no programa de ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), sediada no Cairo, que afirma que os serviços de SSR são um direito e que a análise das metas de desenvolvimento do milênio precisa reconhecer o papel dos serviços de SSR. Também se encontram entre as recomendações: estabelecer uma crescente colaboração e coordenação multilateral; contestar as políticas norte-americanas, que negam o acesso ao preservativo e interferem nos sistemas de saúde nacionais; tratar das necessidades específicas das mulheres, homens e jovens, bem como das necessidades dos portadores de HIV e AIDS; tratar das questões de recursos humanos; estabelecer uma crescente cooperação entre líderes parlamentares e da sociedade civil e organizações. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17621](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17621)

---

## 15 . Sonhos e desejos: experiências de saúde sexual e reprodutiva de mulheres HIV-positivo

### **Acesso à informação, serviços apropriados e liberdade de escolha – pontos cruciais para mulheres HIV-positivo**

Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF); Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com o HIV/AIDS (ICW) / Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) (2004)

Essa publicação da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) e da Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com o HIV/AIDS (ICW) explora questões específicas de saúde sexual e reprodutiva que mulheres HIV-positivo têm que enfrentar. Relata 13 histórias de mulheres HIV-positivo da Bolívia, do Nepal, do Quênia, da Ucrânia, da Nigéria, da Tailândia, da Suazilândia, da Inglaterra, de Honduras, da África do Sul, de Belarus, do Irã e do Sudão. Pretende-se que essas experiências e observações sirvam de informação na criação de serviços de saúde sexual e reprodutiva apropriados e integrados.

Muitas dessas mulheres exteriorizam a necessidade de serviços de prevenção e de informações precisas. Também destacam a necessidade de apoio na abordagem das várias questões psicossociais relacionadas aos efeitos colaterais e complicações da terapia anti-retroviral (TARV), além da necessidade da liberdade de escolha quanto a ter ou não ter filhos, e quando tê-los. O acesso ao preservativo, seja ele masculino ou feminino, é considerado de crucial importância como um método protetor contra a re-infecção e a gravidez indesejada. Outras questões levantadas abarcam a necessidade de: ter acesso regular e seguro a ARVs; promover treinamento apropriado dos profissionais de atenção à saúde que trabalham com mulheres HIV-positivo; oferecer serviços de saúde reprodutiva apropriados; e inserir as mulheres HIV-positivo no desenvolvimento de programas de prevenção, atenção e tratamento do HIV e da AIDS. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17749](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC17749)

---

## 16 . Uma década após Cairo: saúde da mulher numa economia de mercado livre

### **Por que não estamos alcançando as resoluções do CIPD?**

Nair, S.; Kirbat, P.; Sexton, S. / The Corner House, UK (2004)

Esse artigo da *The Corner House* examina as contradições entre as resoluções feitas na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, sediada no Cairo em 1994, e o atual enfraquecimento da saúde materna e da saúde e direitos reprodutivos. Uma década depois, temos 600.000 óbitos maternos por ano (95 por cento desse total na África sub-Saara e na Ásia), enquanto 18 milhões de mulheres adquirem alguma deficiência física ou doença

crônica em decorrência de complicações durante a gravidez ou o parto que poderiam ser facilmente prevenidas. Esses números indicam que muitas mulheres não têm acesso a atendimento obstétrico básico ou de emergência, sem mencionar o acesso a serviços mais abrangentes na área de saúde reprodutiva (uma das principais recomendações do Programa de Ação do Cairo).

Os autores alegam que tem ocorrido uma deterioração das condições que determinam tanto a saúde da mulher como o direito que elas têm de tomar decisões acerca da maternidade. Em grande parte, é possível atribuir essas tendências à implantação de políticas econômicas neoliberais nas últimas duas décadas, primeiro por meio de programas de ajuste estrutural e, mais recentemente, por acordos internacionais de comércio. O Programa de Ação de certa forma parece endossar, mais do que contestar, esse quadro neoliberal. Observar mais de perto como o neoliberalismo tem repercutido nos direitos reprodutivos da mulher pode sugerir meios para alianças mais frutíferas com outros movimentos sociais no futuro. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18139](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18139)

---

## 17 . Aborto clandestino: estimativas mundiais e regionais de incidência de aborto clandestino e mortalidade associada em 2000

### Estimativas mundiais revelam alto risco de morte em abortos clandestinos em países em desenvolvimento

OMS / Organização Mundial da Saúde (OMS) (2004)

Essas estimativas de abortos clandestinos da Organização Mundial da Saúde se baseiam nos números referentes ao ano 2000. Indicam que 19 milhões de abortos clandestinos são realizados a cada ano, quase todos em países em desenvolvimento e são um décimo de todos os casos de gravidez. As estimativas também mostram que o aborto clandestino é uma das principais causas de mortalidade materna, com cerca de 68.000 vítimas por ano. Nos países em desenvolvimento, o risco de morte em procedimentos de aborto é 1 em 270. Abortos clandestinos também trazem vários custos às mulheres e aos serviços de saúde por conta do tratamento das complicações. As análises de tendências sugerem que a incidência de abortos clandestinos está aumentando em áreas urbanas e entre adolescentes solteiras.

O documento enfatiza a necessidade de prevenção da gravidez não planejada. Defende que mulheres que não têm acesso seguro a métodos contraceptivos ou a informações de planejamento familiar, normalmente recorrem ao aborto, sem se importar com restrições jurídicas ou com serviços de aborto inadequados. Eis algumas das principais recomendações: assegurar o acesso a serviços de planejamento familiar de boa qualidade, como uma medida prioritária; e melhorar a qualidade dos serviços de aborto, onde são legais, e da atenção pós-aborto. O documento conclui que é necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o aborto clandestino em cidades do interior, para que o impacto sobre a saúde pública seja monitorado.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18265](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18265)

---

## 18 . Re-sexualizando a epidemia

### Programas de prevenção do HIV: pesquisadores precisam fazer perguntas difíceis

Berger, J. / Interfund (2004)

Esse artigo, do *Development Update*, alega que é necessário prestar mais atenção a sexo e desejo na criação de programas de prevenção do HIV. O texto destaca como os programas de prevenção do HIV freqüentemente deixam de lado questões tidas como “suas”, como sexo entre homens e sexo anal entre homens e mulheres. Também mostra como os pesquisadores normalmente não exploram os motivos pelos quais as pessoas “escolhem” não permanecer em

segurança e se envolver em condutas sexuais com alto risco de infecção do HIV. Ignorando esses fatores, os trabalhos de prevenção do HIV conseguem obter apenas um resultado limitado sobre a mudança de comportamento.

O autor reivindica programas efetivos que permitam mudanças de comportamento. Isso significa lidar aberta e francamente com as vidas que as pessoas de fato levam e com o sexo que elas de fato fazem. Em vez de programas que dizem às pessoas o que fazer, que muitas não estão dispostas ou não conseguem seguir, o autor reivindica intervenções preventivas que se concentrem na redução dos riscos. O autor esboça a necessidade de exigir que os governantes dêem satisfações e de impor que eles desenvolvam planos preventivos razoáveis baseados em pesquisas apropriadas e de alta qualidade. Também é enfatizada a necessidade de assegurar que os pesquisadores não deixem de fazer perguntas difíceis. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18515](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18515)

---

## 19 . Ultrapassando barreiras: um guia de saúde e direitos sexuais e reprodutivos

### **Reconhecendo direitos reprodutivos como direitos humanos: controvérsias e progressos**

Associação Sueca para Educação Sexual (RFSU) / Centro de Direitos Reprodutivos, antes conhecido como o Centro para as Leis e Políticas Reprodutivas (CRLP), Nova York (2004)

Esse guia, publicado pela Associação Sueca para Educação Sexual (RFSU), fornece uma introdução extensiva ao debate político que circunda a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR). Discute as mudanças na abordagem das questões populacionais que emergiram da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, enfatizando o reconhecimento explícito dos direitos reprodutivos como direitos humanos. Os países se comprometeram a reduzir a mortalidade materna, combater o HIV e a AIDS e melhorar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas. O guia discute as controvérsias nas metas adotadas e as ressalvas expressas por muitos países.

O guia também descreve a natureza da oposição à política de SDSR em negociações internacionais, lista palavras e conceitos cujos significados têm sido interpretados diferentemente por câmaras progressistas e conservadoras e fornece um pano de fundo para os argumentos políticos que apóiam algumas das mais controversas questões de SDSR. Os capítulos subseqüentes examinam o trabalho que vem sendo feito em SDSR na Suécia, na União Européia e no contexto de cooperação de desenvolvimento e analisa convenções internacionais e declarações a respeito da SDSR. O guia sugere que o material apresentado seja usado por oficiais de governo e organizações não-governamentais como uma ferramenta que venha fortalecer a posição aqui apresentada contra aqueles que a ela se opõem.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18619](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18619)

---

## 20 . Derrubando os mitos da estratégia da agência americana para combater a AIDS no mundo: uma análise baseada em evidências

### **Estratégia da agência americana para combater a AIDS no mundo se baseia em ideologia de direita e interesses farmacêuticos**

Centro para a Saúde e a Igualdade de Gênero (CHANGE) / Centro para a Saúde e a Igualdade de Gênero (CHANGE) (2004)

Esse artigo, produzido pelo Centro para a Saúde e a Igualdade de Gênero (CHANGE), analisa a estratégia mundial norte-americana contra a AIDS com o intuito de rever suas principais suposições e avaliar sua base de evidências. Resultados mostram que a estratégia norte-americana ignora evidências dos riscos e fatores de risco que a maioria da população enfrenta

em países com alta incidência do vírus. Também ignora evidências sobre níveis de atividade sexual, transmissão dentro do casamento e outros fatores. Os autores defendem que a estratégia oferece informação parcial e enganosa sobre saúde e riscos e que as decisões tomadas com relação à prevenção e intervenções de tratamento se baseiam em fundamentações políticas, em vez de em fundamentações médicas ou humanitárias.

Os autores concluem que a estratégia não se baseia nas necessidades das pessoas que correm riscos, nem dos portadores do HIV/AIDS, mas nos programas evangélicos e políticos de direita da administração dos Estados Unidos e nos interesses de empresas farmacêuticas. Os autores reivindicam uma estratégia extensiva, baseada em dados da saúde pública e em práticas que, a partir de avaliações objetivas, sejam consideradas as melhores. Também reivindicam uma maior coordenação dentro dos órgãos governamentais norte-americanos e entre os Estados Unidos e outras agências doadoras. Por fim, reivindicam um esforço coordenado para aumentar o acesso ao tratamento através de mecanismos que não estejam amarrados às necessidades e aos interesses de partidos políticos, nem aos interesses internos dos Estados Unidos. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18828](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC18828)

---

## 21 . Morrendo para aprender: jovens, HIV e as igrejas

### **Prevenindo mortes: por que as igrejas deveriam promover educação sexual e informação sobre o HIV**

Garvey, M. / Christian Aid (2003)

Examinando evidências a partir de pesquisas acadêmicas, esse relatório do *Christian Aid* acredita que educação sexual e informações sobre o HIV não apressam o início da vida sexual dos jovens nem influenciam no aumento da quantidade de parceiros sexuais. Além disso, uma educação sexual de boa qualidade, que fornece informações sobre o HIV, vem ajudando de fato a reduzir os níveis de infecções sexualmente transmissíveis, inclusive o HIV, além de diminuir o estigma e a discriminação contra os portadores do HIV e da AIDS. Os preservativos, quando usados corretamente e coerentemente, também se mostraram eficientes na prevenção do HIV entre jovens sexualmente ativos. Não houve evidência acadêmica suficiente para apoiar a visão defensora de que programas baseados apenas em abstinência ajudaram a retardar o início da vida sexual dos jovens.

O relatório conclui que uma educação sexual de boa qualidade, contendo informações a respeito do HIV, não encoraja a promiscuidade entre os jovens, antes, estimula um comportamento mais seguro. Também reconhece que na maior parte dos países a maioria dos jovens se tornam sexualmente ativos bastante cedo e se expõem ao risco de contrair o HIV. Portanto, o relatório insiste que as igrejas usem suas extensivas redes de influências para apoiar e advogar pela educação sexual e sobre o HIV direcionada a jovens, de forma que essa educação seja aberta, franca e sensível. O relatório recomenda que os programas de saúde sexual comecem antes do início da vida sexual dos jovens e antes que os padrões de comportamento sexual comecem a se formar.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19647](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19647)

---

## 22 . Saúde, Empoderamento, Direitos e Prestação de Contas (SEDP) plano de ação: direitos sexuais

### **Reconhecendo direitos sexuais como direitos humanos: um guia para a ação**

Saúde, Empoderamento, Direitos e Prestação de Contas (SEDP) / Coalizão Internacional Para a Saúde das Mulheres (IWHC) (1999)

Esse plano de ação sobre direitos sexuais pertence a uma série sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), publicado pela Coalizão Internacional Para a Saúde das Mulheres (IWHC), que define conceitos centrais em SDSR e identifica ações necessárias. Esse plano de ação salienta que os direitos sexuais são parte integrante dos direitos humanos e que abarcam o direito ao prazer, à liberdade e à autonomia no exercício responsável da sexualidade, além do direito à saúde sexual. Defende ainda que o respeito aos direitos sexuais como direitos humanos é a base para a igualdade de gênero, a eliminação da violência contra as mulheres e um bem-estar social mais amplo.

Eis algumas das ações consideradas principais: direitos sexuais e educação sexual para grupos de todas as idades e ambos os sexos, que enfatize a igualdade de gênero e forneça informações sobre as formas de orientação sexual; treinamento de profissionais de direitos humanos, educadores e profissionais da atenção à saúde para reconhecer e promover os direitos sexuais como direitos humanos; criação de campanhas de mídia externa de alto alcance; garantia de acesso a serviços extensivos de saúde sexual, inclusive métodos contraceptivos, diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis e aborto seguro; garantia de que os servidores da atenção à saúde saibam agir efetivamente diante de casos de violência e abuso sexual. O material finaliza listando as mudanças legislativas necessárias para o reconhecimento dos direitos sexuais.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19697](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19697)

---

## 23 . Saúde e direitos sexuais e reprodutivos: uma pedra angular do desenvolvimento

### **Segundo a Sida, o reconhecimento da saúde e direitos sexuais e reprodutivos é a chave para a redução da pobreza**

Sida / Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Sida) (2005)

Nesse artigo, a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Sida) expõe sua política sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR). Defende que violar o direito à saúde sexual e reprodutiva é, ao mesmo tempo, causa e consequência da pobreza. Portanto, o reconhecimento da SDSR não é meramente uma meta por si só, mas um meio de combater a pobreza, apoiando o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs). O texto trata a saúde sexual e reprodutiva a partir de uma perspectiva dos direitos humanos e dos pobres, enfatizando a necessidade de questionar estruturas de poder e seus impactos.

A Sida expõe o seu apoio a serviços culturalmente competentes, orientados para os jovens, e a programas de educação sexual que visem eliminar o preconceito e a discriminação provocados por motivos sexuais, de orientação sexual, de identidade de gênero, de idade e étnicos. Também defende a integração dos serviços de saúde sexual e reprodutiva com os programas de HIV e AIDS; e a criação de sistemas públicos de financiamento para garantir a todos um acesso igualitário à atenção à saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade. As prioridades da Sida em SDSR abarcam contracepção, aborto seguro, HIV/AIDS e infecções sexualmente transmissíveis, violência e abuso sexual, práticas tradicionais nocivas e saúde materna e do recém-nascido. São algumas das estratégias principais: trabalhar com o setor de educação e com o campo de legislação e incorporar uma perspectiva de gênero em todas as cooperações. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19698](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19698)

---

## 24 . Direitos sexuais: muito já foi dito, resta muito a ser resolvido

**Acentuar o positivo: direitos sexuais deveriam ter a ver com liberdade e prazer além de saúde pública**

Carrea, S.; Departamento de Ciências Sociais, Escola de Saúde Pública, Universidade de Columbia / Siyanda (2002)

Apresentado em forma de palestra no Seminário de Sexualidade, Saúde e Gênero no Departamento de Ciências Sociais, na Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, esse artigo revisita o contínuo debate sobre direitos humanos e sexualidade, concentrando-se em negociações da Organização das Nações Unidas (ONU). O artigo nota que as preocupações da saúde pública convencional e da população acerca de planejamento familiar e da pandemia do HIV/AIDS provocou mudanças nos programas de liberação sexual, que agora estão mais voltados para o risco sexual. Conseqüentemente, a interpretação dos direitos sexuais no geral tem sido negativa, enfatizando a vitimização, inclusive violência de gênero e estupro, além de problemas de saúde sexual e reprodutiva. Dentre os principais obstáculos para uma interpretação mais positiva, temos as persistentes forças do conservadorismo, o predomínio de uma abordagem biomédica da saúde e dos direitos sexuais e uma percepção um tanto “frívola” da sexualidade.

O artigo reconhece a necessidade de estabelecer uma correta inter-relação entre sexualidade, saúde, reprodução e violência. No entanto, também exige que os direitos sexuais sejam considerados um fim em si mesmo, afirmados com relação ao prazer e ao erotismo, refletindo o conceito de Amartya Sen de “desenvolvimento como liberdade”. O artigo destaca as inter-relações entre sexualidade e igualdade, reivindicando futuros debates sobre direitos sexuais que envolvam diversos grupos, tais como profissionais do sexo, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no intuito de atingir um consenso verdadeiramente mundial sobre a sexualidade e os direitos sexuais.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19699](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19699)

---

## 25 . Sexualidade e globalização

**Sexualidade está se tornando um ponto cada vez mais central em debates sobre direitos humanos**

Altman, D. / *Sexuality Research and Social Policy: Journal of NSRC* (2004)

Esse artigo, da *Sexuality Research and Social Policy*, explora as maneiras como a globalização influencia a sexualidade e o gênero, concentrando-se no HIV, na sexualidade e nos direitos sexuais e humanos em países em desenvolvimento. O autor esboça como os efeitos da globalização, como, por exemplo, uma maior mobilidade e urbanização, sugerem que os meios tradicionais de regular e controlar a sexualidade estão mudando e as pessoas estão criando novas formas de comportamento sexual e novos padrões sexuais. Entretanto, essas mudanças podem ser ao mesmo tempo libertadoras e opressivas, dado que maior mobilidade e migração levam a novas formas de desigualdade.

O autor então destaca como questões em torno da sexualidade estão se tornando mais centrais em debates sobre direitos humanos internacionais, isso se deve, em parte, ao HIV/AIDS. O impacto do HIV demonstra que as linhas divisórias entre o público e o privado estão cada vez mais tênues. Enquanto alguns governos lidam com o HIV utilizando estratégias de abstinência e fidelidade, a natureza da sexualidade humana sugere que não serão bem-sucedidas. O autor defende que, em longo prazo, a prevenção eficaz será o acesso e conhecimento de preservativos, o reconhecimento do sexo profissional e da homossexualidade e a cooperação com os envolvidos nesses comportamentos, estigmatizados ou não. [adaptação do original]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19753](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19753)

---

## 26 . Implicações das restrições das políticas dos EUA sobre os programas voltados para os profissionais do sexo e vítimas de tráfico no mundo

### As restrições de financiamento dos EUA violam os direitos humanos e a saúde pública

Center for Health and Gender Equity (CHANGE) / Center for Health and Gender Equity (CHANGE) (2005)

Este resumo das políticas do CHANGE, examina as implicações da Lei Global de AIDS dos Estados Unidos, que barra o uso de fundos federais para promover, apoiar ou defender a legislação ou práticas de prostituição. Este sumário apresenta como essas políticas e restrições geram inúmeras implicações adversas para a prevenção efetiva do HIV e para a promoção dos direitos humanos e da saúde pública. Essas restrições impedem os recebedores de usar boas práticas para evitar a difusão do HIV entre populações marginalizadas e enfraquecem os esforços para promover os direitos humanos fundamentais de todas as pessoas. A linguagem ampla das restrições aumenta o risco de autocensura ou do fim de programas efetivos por medo de ser visto como apoiadores da prostituição. A política exacerba o estigma e a discriminação contra grupos já marginalizados e viola os direitos fundamentais de liberdade de expressão.

O resumo solicita que o Departamento de Justiça dos EUA reconsidere sua interpretação sobre a aplicação das restrições da Lei Global de AIDS, assegurando que ela seja consistente com as leis de direitos humanos internacionais e dos EUA e com as normas de saúde pública. Também são exigidas: a instituição de uma prática de consulta a uma ampla gama de *experts* antes que uma agência ou escritório lance diretrizes dos programas; e a garantia de que todas as provas científicas e do programa sejam regularmente revisadas por pesquisadores experientes e por gestores de programas. [adaptado do autor]

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20212](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20212)

---

## 27 . A anatomia da revolta: sexualidade e a guerra 'cultural' dos direitos humanos

### Cultura e religião versus bem-estar humano?: o novo campo de batalha da saúde e dos direitos sexuais

Lang, S.; Human Rights Watch World Report / Human Rights Watch (HRW) (2005)

Este *paper* da Human Rights Watch destaca a crescente aliança entre as forças conservadoras, ou fundamentalistas, que está ameaçando o progresso alcançado ao longo da última década para ligar a sexualidade, a saúde e os direitos humanos. O autor argumenta que essas forças, apesar de diversificadas (incluindo os fundamentalistas mulçumanos e a direita cristã), compartilham um objetivo comum: direitos sexuais e a liberdade sexual, principalmente com relação ao direito de expressar a orientação homossexual. O *paper* enfatiza a revolta acerca da sexualidade, citando exemplos da Índia, Zimbábue, Namíbia, Egito, Serra Leoa, Jamaica e os Estados Unidos. Ele examina uma tática comum empregada pelos fundamentalistas: a oposição aos padrões universais de direitos com base em uma suposta tradição cultural, bem como pela religião ou nacionalismo.

O *paper* argumenta que este ataque contra os direitos sexuais exerce enormes impactos públicos, que incluem a redução das medidas para prevenir o HIV e a AIDS, freqüentemente realizada sob o pretexto da "moralidade", e a exclusão dos vulneráveis. Este *paper* exige que a intolerância seja desligada da cultura, e também nota que a cultura não precisa ser imutável. O trabalho realça o papel desempenhado pelos princípios dos direitos humanos na promoção da diversidade e na proteção das comunidades sub-culturais contra a uniformidade ou discriminação imposta pelo estado. O autor conclui sugerindo que os defensores dos direitos sexuais se envolvam com os conservadores em um diálogo sobre cultura e direitos.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20248](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20248)

---

## 28. Saúde sexual e reprodutiva & HIV/AIDS: um modelo para ligação de prioridades

### **A ligação entre os programas de HIV, AIDS e saúde reprodutiva e sexual gera benefícios na saúde pública**

IPPF; UNFPA; UNAIDS; WHO / International Planned Parenthood Federation (IPPF) (2005)

Este documento, produzido em conjunto pelo IPPF, UNFPA, UNAIDS, e pelo WHO, propõe um conjunto de políticas e programas fundamentais para o fortalecimento das ligações entre SRS (saúde reprodutiva e sexual) e os programas de HIV e AIDS. Essas ligações incluem: o status do aprendizado sobre HIV, promoção do sexo seguro, otimização das conexões entre os dois programas, e a integração do HIV e da AIDS à saúde materna e infantil. O documento destaca como as ligações fortes entre a SRS e os programas de HIV devem resultar em muitos benefícios para a saúde pública, incluindo: melhor acesso e compreensão dos serviços mais importantes de HIV, AIDS e SRS; melhor acesso das pessoas que vivem com HIV e AIDS (PLWHA) aos serviços de SRS; redução do estigma e da discriminação relacionado ao HIV; e maior cobertura das populações marginalizadas.

As ações-chave das políticas e programas devem buscar combater os determinantes estruturais do HIV, AIDS e da SR, tais como reduzir a pobreza, assegurar a igualdade de acesso aos serviços de saúde fundamentais e melhorar o acesso à informação e às oportunidades de educação. Outros elementos essenciais incluem: a ênfase nos direitos humanos e gênero; promoção de uma resposta coordenada e coerente; a participação significativa do PLWHA; estimular a participação da comunidade; e reduzir o estigma e a discriminação. [adaptado do autor]

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20384](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20384)

---

## 29 . Bibliografia comentada: sexualidade e direitos humanos

### **Uma introdução aos principais materiais sobre sexualidade e direitos**

Fried, S.T. / Coalizão Internacional Para a Saúde das Mulheres (IWHC) (2002)

Essa bibliografia, publicada pela Coalizão Internacional Para a Saúde das Mulheres, introduz as questões de direitos sexuais, sexualidade e direitos humanos, contém resumos de 28 dos principais documentos nessas áreas e uma lista de referências complementares. O texto define direitos sexuais como o conjunto de direitos relacionados com a expressão sexual, o comportamento, práticas e identidades. Descreve o extensivo termo “sexualidade e direitos humanos” abarcando questões relacionadas à sexualidade dentro do contexto das leis, instrumentos e advocacy dos direitos humanos.

O material resumido está organizado em duas categorias: documentos que oferecem reflexões gerais acerca dos conceitos e práticas de sexualidade e de direitos humanos; e os que se concentram em aspectos especificamente temáticos ou regionais da sexualidade e dos direitos humanos. A lista de referências complementares está organizada a partir dos seguintes temas: gênero e integridade corporal; direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros; refugiados e pessoas à procura de refúgio; direitos sexuais, HIV e AIDS; direitos sexuais e religião; direitos reprodutivos; violência sexual, inclusive violência sexual e conflito armado; direitos dos profissionais do sexo; tráfico; declarações de direitos sexuais e campanhas pertinentes a essa questão.

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20181](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20181)

## 30 . Declaração e Plataforma de Pequim para Ação: Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres

### **Um programa internacional pelos direitos humanos das mulheres, pela saúde sexual e reprodutiva e pela igualdade de gênero**

Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres / UNESCO – Setor de Educação (1995)

Esse documento, publicado pela UNESCO, contém a declaração feita pelos governantes que participaram da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, sediada em Pequim em 1995, e a relacionada “Plataforma para Ação” – um programa pelo empoderamento das mulheres. A declaração documenta o comprometimento com a igualdade de gênero e o reconhecimento dos direitos das mulheres e garotas. Eis os compromettimentos mais específicos: promover a independência econômica da mulher e erradicar o fardo da pobreza das mulheres; promover o fornecimento da educação básica, da educação continuada, da alfabetização e de treinamentos e da atenção básica à saúde para garotas e mulheres; prevenir e eliminar todas as formas de violência contra mulheres e garotas; e garantir acesso igualitário e tratamentos igualitários a homens e mulheres nos setores de educação e atenção à saúde.

A Plataforma para Ação detalha áreas de interesse consideradas críticas e exige que os governos, a comunidade internacional e a sociedade civil mobilizem ações estratégicas nessas áreas. Algumas dessas áreas críticas são: desigualdades entre homens e mulheres no acesso a serviços, a recursos, poder e tomada de decisão, estruturas e políticas econômicas. O documento também destaca a violência contra a mulher; as conseqüências desses conflitos; e a falta de respeito aos direitos humanos da mulher e uma promoção inadequada destes. O Parágrafo 96 da Plataforma para Ação estende, mais especificamente, a definição de direitos humanos da mulher para cobrir questões relacionadas com a sexualidade, inclusive a saúde sexual e reprodutiva.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19881](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19881)

---

## 31 . Sexual mas não reprodutivo: explorando as junções e disjunções dos direitos sexuais e reprodutivos

### **Por que direitos sexuais deveriam estar relacionados tanto à sexualidade como à reprodução**

Miller, A.; Francois-Xavier Bagnoud Center for Health and Human Rights / Saúde e Direitos Humanos (2000)

Esse artigo da revista Saúde e Direitos Humanos examina o conceito de direitos sexuais e reprodutivos e defende que o próprio termo oferece um desafio. O artigo sugere, especialmente, que a junção dos direitos sexuais com os direitos reprodutivos vem fazendo com que os direitos sexuais sejam vistos como um subconjunto dos direitos reprodutivos. Esse fato levou à remoção das atividades sexuais não-heterossexuais e não-reprodutivas da proteção dos direitos humanos e, por associação, à exclusão de grupos como lésbicas, gays, transgêneros e, em alguns casos, homens como um todo. O artigo defende ainda que receios com relação ao sexo e à sexualidade em programas de planejamento familiar vêm provocando silêncio em torno dessas questões. Considera, então, as implicações da exigência de direitos sexuais nesse contexto.

O artigo exige que a sexualidade seja incorporada às discussões sobre reprodução e interligada de forma mais abrangente à saúde pública e aos direitos humanos. No que se refere a exigências no campo dos direitos sexuais, o artigo advoga por uma abordagem integrada, que combine advocacy de direitos humanos, direito jurisprudencial (voltado em grande parte para violações) e a abordagem de padrões internacionais que se concentra mais em proteção. Reivindica uma definição completa e universalmente reconhecida dos direitos sexuais como direitos humanos, incorporando gênero e identidade transexual, orientação sexual, integridade corporal e ausência de violência.

Esse artigo é uma reimpressão da revista Saúde e Direitos Humanos, vol.4, nº 2: p. 68-109, Miller, A., 2000, com a gentil concessão do *Francois-Xavier Bagnoud Center for Health and Human Rights*, do Presidente e dos Colegas da Universidade de Harvard.

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20447](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20447)

---

## 32 . Sexualidade, direitos humanos e reflexões demográficas: conexões e disjunções num mundo em plena mudança

### **Justiça erótica: um novo programa para o reconhecimento dos direitos sexuais no século XXI.**

Correa, S.; Parker, R.; National Sexuality Resource Centre, Universidade de São Francisco; Caliber: Journals of the University of California Press / Sexuality Research and Social Policy: Journal of NSRC (2004)

Esse artigo da revista *Sexuality Research and Social Policy* examina o debate em constante mudança sobre ética e demografia (estudo da população humana), em particular a sua mudança de ênfase, partindo do bem público em direção aos direitos individuais, inclusive os direitos relacionados com a sexualidade. Os autores fazem uma ponte entre isso e o aparecimento de movimentos sociais mundiais que envolvem organizações de feministas, gays e lésbicas, além de iniciativas ligadas ao HIV e à AIDS. Analisam a evolução do debate mundial que interliga a sexualidade e os direitos humanos e investigam o impacto dessas mudanças nas negociações internacionais dos direitos sexuais e reprodutivos e nos programas de pesquisa sobre sexualidade.

Os autores concluem que a demografia tradicional foi substituída por uma forma mais politicamente engajada de inquirição que se concentra na justiça social. Questões de poder, igualdade de gênero e opressão sexual têm se tornado centrais na pesquisa sobre sexualidade e o estudo da saúde sexual tem se tornando inextricavelmente interligado à defesa dos direitos sexuais. No entanto, eles identificam uma área que ainda não foi sistematicamente debatida nem tratada: a medição dos direitos. Os autores exigem que se levantem estatísticas lidando especificamente com o reconhecimento dos direitos sexuais. Defendem que indicadores trans-setoriais que abarcam perspectivas de direitos sociais, culturais, econômicos, políticos e civis são essenciais para conseguir o apoio necessário a um programa de “justiça erótica”.

Disponível online em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20448](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20448)

---

## 33 . Direitos sexuais no sul da África: Um discurso de Pequim ou uma necessidade estratégica?

### **Por que para os pobres da África direitos sexuais remetem à justiça social**

Klugman, B.; Saúde e Direitos Humanos / Universidade de Witwatersrand (Wits), Joanesburgo, África do Sul (2000)

Esse artigo da revista Saúde e Direitos Humanos examina a interpretação e a prática dos direitos sexuais após a Declaração de Pequim e o Programa de Ação, concentrando-se nos nove países que são membros da Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África (SADC). O autor observa que a maioria dos países dessa região reconhece as relações entre a discriminação e a desigualdade de gênero, particularmente a violência sexual, e a maior vulnerabilidade das mulheres à transmissão do HIV. Outros países também reconhecem o problema das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, mas poucos deles desenvolvem estratégias para lidar com esse problema e a maioria permanece hesitante sobre compartilhar tomadas de decisão quando o assunto é sexo. Sexualidade e orientação sexual são questões que também se encontram notavelmente ausentes no discurso sobre direitos sexuais nessa região.

O artigo exige que uma maior atenção seja dada às inter-relações entre a falta de direitos sexuais e a pobreza. Também advoga por uma mudança de foco, da ausência de direitos, com ênfase na negação da sexualidade e na proteção da mulher, em direção a uma aceitação positiva do prazer sexual como um componente dos direitos. Conclui que a melhora da situação sócio-econômica da mulher é fundamental para o reconhecimento dos direitos sexuais. Defende ainda que os direitos sexuais podem se tornar um meio não apenas de combater a propagação do HIV e da AIDS, mas também de promover a justiça social.

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19807](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC19807)

---

### **34 . Questões de orientação sexual e identidade de gênero na área de desenvolvimento: um estudo da política e administração sueca de questões relacionadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros na cooperação de desenvolvimento internacional**

#### **Promovendo uma abordagem baseada em direitos para questões de LGBT e intersexuais**

Samelius, L.; Wagberg, E. / Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Sida) (2005)

Esse relatório se baseia num estudo da política e administração sueca de questões relacionadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e intersexuais na cooperação de desenvolvimento internacional.

Os resultados mais importantes mostram que:

- o nível de conhecimento e entendimento entre os funcionários da Sida e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) sobre questões de LGBT e intersexuais é desigual e, muitas vezes, deficiente;
- há uma limitada consciência das ligações em cadeia entre a identidade de gênero e a sexualidade e as principais questões de desenvolvimento, tais como a redução da pobreza, a proteção dos direitos humanos e o combate à violência baseada em gênero;
- há menções inapropriadas sobre como lidar com questões de LGBT e intersexuais, ou diretrizes inapropriadas, na política e nos documentos de estratégia suecos – o apoio às questões de LGBT normalmente fica à mercê da discricção dos funcionários do programa.

O estudo faz um relatório da administração sueca das questões de LGBT e uma avaliação das condições de vida dos LGBT e intersexuais através de estudos de casos na África do Sul, Índia e Moldova. Conclui que a situação dos LGBT e intersexuais nesses países é desfavorável em comparação às condições de vida dos homens e mulheres heterossexuais.

São esboçadas várias recomendações específicas para a África do Sul, a Índia e Moldova. Também são dadas inúmeras recomendações à Sida e ao MNE, entre as quais:

- as questões de LGBT e intersexuais deveriam ser tratadas como questões de direitos humanos e vistas como uma parte essencial de um programa de igualdade de gênero e equidade social;
- os intersexuais deveriam se integrar no programa de LGBT;
- a Suécia precisa continuar cultivando e apoiando iniciativas e tratados da ONU e da União Européia que promovem questões de LGBT;
- deveria ser ampliado o apoio a iniciativas e organizações que se comprometem com a conscientização dos LGBT e com a promoção dos direitos humanos;

- é preciso pressionar as ONGs suecas para garantir que nenhum fundo sueco de cooperação para o desenvolvimento seja liberado para apoiar organizações que promovem a discriminação por conta da orientação sexual;
- os funcionários da Sida e do MNE precisam receber treinamentos extensivos em questões de LGBT e intersexuais.

Sumário escrito em parceria com BRIDGE e **Siyanda**

Disponível *online* em: [www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20656](http://www.eldis.org/cf/rdr/rdr.cfm?doc=DOC20656)